

ESMESC

SIMULADO SEMESTRAL 2025.2

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. As provas serão compostas por questões objetivas sobre os conteúdos das disciplinas concluídas no Curso Conteúdos Jurídicos, quais sejam: Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Administrativo, Direito Tributário e Direito Empresarial.
2. As provas serão divididas por disciplina, sendo cada uma delas com 10 questões.
3. O aluno terá apenas **uma tentativa de resolução** das questões da prova.
4. A data de realização da prova será 28 de novembro de 2025 (das 19h às 23h).
5. O tempo de realização da prova será de 4 (quatro) horas. **ONLINE**, a prova deve ser iniciada e concluída nesse tempo. Após este período, o sistema fechará a atividade e somente o que foi respondido será enviado.
6. Não será admitido o uso de quaisquer outros materiais de consulta, mesmo que para rascunho, nem será permitida a comunicação com terceiros.
7. O resultado da avaliação, em nota, estará disponível no dia 29 de novembro de 2025, após as 12h. Para visualizar o estudante deverá acessar este ambiente virtual e clicar, no menu à esquerda, no link Notas.
8. O gabarito com as respostas consideradas corretas estará acessível neste ambiente virtual, após as 12h, do dia 29 de novembro de 2025.
9. O dia 2 de dezembro de 2025, às 12h, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados por meio do link disponível neste ambiente virtual.

Boa prova!

Equipe Esmesc

1. Em relação à classificação doutrinária da eficácia das normas previstas na Constituição, identifique a afirmativa que está CORRETA:

- a) As normas de eficácia plena apresentam todos os requisitos essenciais para que possam produzir seus efeitos de forma imediata, e, apesar de poderem sofrer emendas, exigem uma regulamentação por lei infraconstitucional posterior.
- b) As normas de eficácia contida são aquelas que já possuem toda a normatividade necessária fornecida pelo constituinte para que sua aplicação ocorra de forma mediata.
- c) As normas de eficácia limitada requerem unicamente uma lei complementar para a concretização do direito ou benefício que instituíram, embora tenham a capacidade de gerar efeitos imediatamente.
- d) As normas de eficácia contida ou com perspectiva futura apresentam aplicabilidade direta, mas dependem de um prazo para produzir seus efeitos (mediata) e são potencialmente integrais.
- e) Normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que possuem aplicabilidade imediata, completa e total, porém o legislador ordinário pode, posteriormente, limitar ou diminuir sua abrangência.

2. Em relação às declarações e propósitos expressos no Preâmbulo da Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar:

- a) Por serem dispensáveis, uma vez que a sua presença no texto constitucional não é obrigatório, não possuem força normativa, nem servem de parâmetro interpretativo.
- b) Os termos do Preâmbulo são apenas compromissos futuros estabelecidos pelo Poder Constituinte Originário e, portanto, não servem como guia para a interpretação, já que seu cumprimento depende da evolução progressiva do pensamento social.
- c) É indispensável que os enunciados do Preâmbulo sejam considerados ao interpretar as regras constitucionais, pois eles representam as diretrizes e os valores fundamentais que a Constituição adotou.
- d) O Preâmbulo não possui força de norma, e só deve ser levado em conta para interpretar as regras constitucionais nos casos em que essas regras permitam explicitamente o seu uso interpretativo.
- e) O Preâmbulo não cria normas jurídicas e, por essa razão, não podem ser utilizadas como referência na interpretação das demais regras da Constituição, uma vez que sua inclusão não é compulsória.

3. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Para impetrar habeas corpus, é necessária a comprovação da condição de cidadão brasileiro por meio da apresentação de título eleitoral.
- b) O direito à proteção dos dados pessoais está assegurado pela legislação, mas essa proteção não se estende aos ambientes ou meios digitais.
- c) A todos, apenas no âmbito judicial, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- d) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- e) São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

4. A respeito da extradição de cidadãos brasileiros, a Constituição Federal determina que a regra aplicável é:

- a) É proibido extraditar brasileiros natos, mas é permitido fazê-lo com naturalizados em virtude de crimes comuns e por envolvimento comprovado em tráfico ilícito de drogas, contanto que ambas as infrações tenham ocorrido antes de sua naturalização.
- b) Para brasileiros natos, a extradição é proibida. No entanto, é autorizada para naturalizados, seja por terem cometido crimes comuns antes de sua naturalização, seja por estarem comprovadamente envolvidos com tráfico ilícito de entorpecentes ou drogas, na forma da lei.

- c) A extradição de brasileiros natos é autorizada se houver comprovação de envolvimento com tráfico ilícito de drogas; já para os naturalizados, é permitida em casos de crimes comuns cometidos antes de obterem a naturalidade brasileira.
- d) Fica proibida a extradição tanto de brasileiros natos quanto de naturalizados, não importando o tipo de crime que tenha sido praticado.
- e) A extradição é proibida para brasileiros natos, sendo permitida para os naturalizados, sem considerar a natureza do crime, contanto que o delito tenha sido cometido antes da aquisição da naturalização.

5. A Súmula Vinculante é criada após a aprovação por dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal (STF). Após sua publicação, ela passa a obrigar a observância por quais entidades e órgãos?

- a) O efeito vinculante se estende a todos os outros órgãos do Poder Judiciário e a toda a Administração Pública (direta e indireta) nas esferas Federal, Estadual e Municipal.
- b) A Súmula Vinculante deve ser seguida pelos órgãos com capacidade de decisão nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- c) A Súmula obriga os órgãos da Administração Pública direta e indireta, mas somente na esfera federal, e todos os demais órgãos do Poder Judiciário.
- d) O efeito vinculante se aplica tanto à Administração Pública direta quanto aos demais órgãos do Poder Judiciário.
- e) A Súmula Vinculante obriga apenas os tribunais e juízes de instâncias inferiores do Poder Judiciário.

6. Em análise à Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), modalidade de controle abstrato de normas, qual das proposições apresentadas é a CORRETA?

- a) Em razão de sua natureza abstrata, é vedada instrução processual na Ação Declaratória de Constitucionalidade.
- b) Quando o próprio Procurador-Geral da República propõe a ADC, torna-se desnecessária sua convocação para emitir parecer na condição de fiscal da ordem jurídica (*custos legis*).
- c) O objeto da ADC não pode ser uma norma cujo conteúdo tenha surgido em período anterior à promulgação da Constituição Federal vigente.
- d) As sentenças definitivas de mérito que o Supremo Tribunal Federal profere nas ações declaratórias de constitucionalidade não estão sujeitas a nenhum recurso.
- e) Ao contrário da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), a ADC não possui efeito dúplice.

7. Sobre o instituto da Intervenção Federal, mecanismo de crise constitucional, identifique qual das seguintes opções está juridicamente CORRETA:

- a) De acordo com a Constituição Federal, o início do processo de intervenção é de responsabilidade do chefe de qualquer um dos três Poderes da União (Executivo, Legislativo ou Judiciário).
- b) Em situações extraordinárias de grande desordem interna, a União possui o poder de intervir diretamente em qualquer Município do território nacional.
- c) Quando a intervenção é necessária para assegurar o cumprimento de uma lei ou decisão judicial federal, a autoridade competente para o decreto é exclusivamente o Governador do Estado onde a lei ou decisão precisa ser executada.
- d) Em sua função de defender a ordem constitucional, os casos nos quais a intervenção é permitida, conforme o texto da Constituição, são meramente exemplificativos, visando conferir maior liberdade para sua aplicação.
- e) O instituto da intervenção constitui uma ferramenta para proteger o modelo federativo, o que se dá por meio da suspensão provisória de certas prerrogativas inerentes à autonomia dos entes federados.

8. A respeito da competência legislativa concorrente, conforme estipulado pelo art. 24 da Constituição Federal de 1988, identifique a afirmativa INCORRETA:

ESMESC

- a) Lei complementar poderá autorizar os estados a legislar sobre questões específicas das matérias de competência legislativa privativa da União.
- b) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- c) Se a União for omissa na criação de lei sobre normas gerais, os Estados podem exercer a competência legislativa relativa para legislar sobre as especificidades do seu território.
- d) A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- e) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

9. De acordo com as proibições estabelecidas no parágrafo único do art. 95 da Constituição Federal, assinale qual é a conduta expressamente vedada aos magistrados:

- a) Receber, sem exceção, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas.
- b) Ser acionista de sociedade anônima de capital aberto que mantenha estabelecimento ou exerça atividade econômica no território de sua jurisdição.
- c) Exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- d) Dedicar-se à atividade político-partidária.
- e) É proibido aos juízes desempenhar qualquer outro cargo ou função, mesmo quando estiverem em disponibilidade, não havendo qualquer tipo de exceção a essa regra.

10. Segundo o que determina a Constituição Federal Brasileira, qual das afirmações seguintes sobre os direitos políticos está CORRETA?

- a) Apenas os brasileiros (natos ou naturalizados) e os cidadãos portugueses que receberam o estatuto de igualdade, e que estejam com seus direitos políticos ativos, têm permissão para se alistar como eleitores.
- b) Qualquer nacional poderá ajuizar ação popular, mecanismo constitucional assegurado a qualquer pessoa quando constatado abuso do poder do Estado.
- c) O cidadão brasileiro, enquanto estiver cumprindo o serviço militar obrigatório, pode exercer o direito ao voto, mas está impedido de se candidatar a cargos eletivos.
- d) Os direitos políticos asseguram o direito de sufrágio capacitário, exercido por meio de voto que é tanto direto quanto secreto.
- e) A prerrogativa de votar (alistabilidade) é conhecida como capacidade eleitoral passiva.

DIREITO CIVIL

1. Um artista plástico é amplamente conhecido no meio cultural por seu pseudônimo, "Nauta", embora seu nome de registro seja Carlos Silva. Uma galeria de arte concorrente passa a se apresentar publicamente com o nome "Espaço Nauta" para atrair a clientela do artista. Sobre a proteção ao pseudônimo, é CORRETO afirmar que:

- a) O pseudônimo não possui proteção jurídica, que é restrita ao nome civil registrado no nascimento.
- b) A proteção ao pseudônimo só existe se ele for previamente registrado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) como marca.
- c) O nome "Nauta" pode ser utilizado livremente por terceiros, pois pseudônimos são considerados de domínio público.
- d) O artista só teria direito à proteção se provasse que o uso do pseudônimo pela galeria causa prejuízos financeiros diretos.
- e) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da mesma proteção que se dá ao nome, podendo o artista se opor ao seu uso indevido por terceiros.

2. Ricardo, ao ver seu filho sofrer um grave acidente de carro, leva-o às pressas ao hospital particular mais próximo. Na recepção, o atendente informa que, para realizar o procedimento cirúrgico de emergência, Ricardo deveria assinar um contrato de prestação de serviços médicos e emitir um cheque-caução no valor de R\$ 200.000,00, quantia manifestamente desproporcional ao custo médio do procedimento. Diante do risco iminente à vida de seu filho, Ricardo aceita a condição e assina o contrato. Considerando a situação narrada, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O negócio jurídico é nulo de pleno direito, pois o seu objeto é ilícito, não gerando qualquer efeito desde a sua celebração.
- b) O negócio jurídico é perfeitamente válido, uma vez que Ricardo, sendo maior e capaz, manifestou sua vontade de forma livre ao assinar o contrato, podendo ter procurado outro hospital.
- c) O negócio jurídico é anulável, pois foi celebrado em estado de perigo, caracterizado pela necessidade de salvar pessoa da família de grave dano conhecido pela outra parte, assumindo obrigação excessivamente onerosa.
- d) A situação configura o vício de lesão, e não estado de perigo, pois Ricardo assumiu uma prestação desproporcional por premente necessidade econômica.
- e) O contrato não pode ser anulado, mas apenas revisado judicialmente para readequar o valor ao preço de mercado, em nome do princípio da conservação dos negócios jurídicos.

3. Joaquim, de 25 anos, possui uma deficiência intelectual que, embora não o impeça de expressar sua vontade, compromete seu discernimento para a prática de atos de natureza patrimonial. Ele não foi submetido a processo de curatela. Certo dia, sozinho, dirige-se a uma concessionária e assina um contrato de financiamento para a compra de um veículo de luxo, em condições extremamente desvantajosas. Seus pais, ao descobrirem o negócio, buscam invalidá-lo judicialmente. Considerando o regime das incapacidades do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O negócio jurídico é anulável, pois, embora a deficiência por si só não afete a plena capacidade civil, aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade são considerados relativamente incapazes, e o ato praticado sem a devida assistência é passível de anulação.
- b) O negócio jurídico é nulo, pois Joaquim, em razão de sua deficiência intelectual, é considerado absolutamente incapaz para todos os atos da vida civil, independentemente de interdição.
- c) O negócio jurídico é válido, pois o Estatuto da Pessoa com Deficiência revogou todas as hipóteses de incapacidade para pessoas com deficiência, garantindo-lhes plena capacidade para contratar, ainda que o ato seja desvantajoso.
- d) O negócio jurídico é inexistente, pois a manifestação de vontade de Joaquim não possui os elementos mínimos para produzir efeitos no mundo jurídico.
- e) O negócio só poderia ser anulado se os pais de Joaquim tivessem previamente ajuizado a ação de interdição e obtido a sentença de curatela antes da celebração do contrato.

4. Sobre o direito das obrigações, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O recebimento pelo credor de dívida prescrita dá o direito à repetição por pagamento indevido ou enriquecimento sem causa.
- b) Para a teoria dualista ou binária, a relação obrigacional distingue-se em dois aspectos, o débito, consistente na faculdade que tem o credor de exigir que o devedor cumpra a prestação e de utilizar a força estatal para coagi-lo ao cumprimento, e a responsabilidade, consistente no dever que tem o sujeito passivo de efetuar a prestação.
- c) Na obrigação natural, há um vínculo gerador de prestação que, sendo ilícita, mostra-se inexigível.
- d) O jogo classifica-se como proibido, tolerado e legalmente permitido, somente sendo exigíveis as dívidas de jogo nessa última hipótese.

ESMESC

e) De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, aquele que visita país estrangeiro, usufrui de sua hospitalidade e contrai obrigações lícitas e exigíveis no país, pode, todavia, recusar-se ao pagamento no Brasil, por se tratar de obrigação natural segundo o direito brasileiro.

5. Sobre a Lei n. 8.245/1991, que disciplina a locação de imóvel urbano, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A "*accessio temporis*" é aplicável à locação residencial.
- b) A Lei n. 8.245/1991 aplica-se à locação de imóvel urbano, entendido este como aquele situado na zona urbana.
- c) Quanto à locação não residencial, a Lei n. 8.245/91 acolheu expressamente a possibilidade de "*accessio temporis*", ou seja, a soma dos períodos ininterruptos dos contratos de locação para se alcançar o prazo mínimo de 5 (cinco) anos exigido para o pedido de renovação.
- d) Na hipótese de locação residencial, celebrado um contrato por escrito, com prazo determinado de 1 (um) ano, havendo o vencimento do prazo pactuado, poderá o locador retomar o imóvel, sem a necessidade de denúncia cheia.
- e) Quanto à ação renovatória, cumpridos os requisitos legais para a renovação, previstos no art. 51, caput, da Lei n. 8.245/1991, a renovação deverá ser necessariamente concedida pelo juiz, inexistindo fundamento legal para o locador se opor ao direito do locatário.

6. De acordo com o Código Civil, são direitos reais:

- a) O usufruto, a fiança e o penhor.
- b) A laje, a habitação e o uso.
- c) A propriedade, a hipoteca e a herança.
- d) O penhor, a superfície e o direito à imagem.
- e) A anticrese, as servidões e o direito à vida.

7. São formas de aquisição da propriedade, EXCETO:

- a) Usucapião.
- b) Registro do título.
- c) Ocupação.
- d) Descoberta.
- e) Tradição.

8. O Supremo Tribunal Federal, ao reconhecer a possibilidade da multiparentalidade (Tema de Repercussão Geral n. 622), estabeleceu importantes consequências jurídicas, notadamente no Direito de Família e Sucessões. Sobre a multiparentalidade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A comprovação da filiação socioafetiva apenas gera efeitos no campo moral e assistencial, sendo vedada a inclusão do nome dos pais socioafetivos no registro civil para fins sucessórios.
- b) No caso de falecimento de um dos genitores, o filho multiparental herdará em duplicidade (por exemplo, 2 (duas) cotas-partes na concorrência com outros filhos), dada a sua dupla filiação.
- c) O reconhecimento da filiação socioafetiva, uma vez voluntário e formalizado, pode ser revogado por arrependimento do genitor, desde que o filho seja maior de idade e concorde.
- d) A multiparentalidade não implica em acréscimo de direitos sucessórios, limitando a herança à linha biológica, sob pena de desequilíbrio na legítima dos herdeiros necessários.
- e) A multiparentalidade implica a duplicidade de vínculo parental, sendo que o filho terá dois pais ou duas mães (ou um pai e duas mães etc.), e todos os genitores respondem pela obrigação alimentar.

9. João e Pedro decidem se separar após 10 anos de união estável. Durante o casamento, eles adotaram um filho, Lucas, que atualmente possui 12 anos. No processo de divórcio, ambos desejam a guarda compartilhada, mas não conseguem chegar a um acordo sobre a residência do filho. Considerando o desejo de ambos os pais pela guarda compartilhada e a ausência de acordo sobre a residência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A guarda deve ser atribuída a um dos pais e o outro terá direito de convivência.
- b) A guarda deve ser compartilhada, mas a residência de Lucas deve ser fixada na casa da avó paterna, por ser o local mais adequado para o seu desenvolvimento.
- c) A guarda deve ser compartilhada e a residência de Lucas alternada entre as casas de João e Pedro, em períodos iguais.
- d) A guarda deve ser compartilhada e o juiz deve decidir sobre a residência de Lucas considerando o melhor interesse do filho, sua opinião e a capacidade de cada pai de oferecer um ambiente adequado.
- e) A guarda deve ser extinta, e Lucas deve ser encaminhado para um abrigo, por não haver acordo entre os pais.

10. Mário e Joana casaram-se em 2020, sendo Mário maior de 70 anos na época. O regime de bens legalmente imposto foi o da Separação Obrigatória de Bens. Durante o casamento, eles adquiriram, por esforço comum comprovado, um apartamento. Mário faleceu em 2024, deixando dois filhos de um relacionamento anterior. Considerando a sucessão de Mário, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Joana concorrerá com os filhos de Mário apenas em relação ao apartamento adquirido na constância do casamento, herdando 1/3 do bem.
- b) Joana concorrerá com os descendentes sobre todos os bens da herança, na qualidade de herdeira necessária.
- c) Joana não herdar nada, pois o regime da separação obrigatória impede a concorrência do cônjuge com os descendentes.
- d) A Súmula 377 do STF não se aplica ao regime de Separação Obrigatória, de modo que Joana não terá direito nem à meação nem à herança.
- e) Joana terá direito apenas à metade dos bens deixados por Mário na qualidade de herdeira.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Fulano e Beltrano celebram um contrato no Chile, o qual elege o foro da comarca da capital daquele país, Santiago, como competente para dirimir questões decorrentes do pacto celebrado. Considerando esse enunciado, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A jurisdição brasileira não poderá ser exercida para dirimir tais questões, somente se o réu o arguir em contestação.
- b) A jurisdição brasileira não poderá ser exercida para dirimir tais questões em nenhuma hipótese.
- c) O juízo brasileiro poderá dar-se por competente caso reconheça a nulidade da cláusula de eleição de foro, o que pode ser feito a qualquer tempo no processo.
- d) Caso seja ajuizada ação decorrente deste contrato perante a autoridade judiciária brasileira, o juízo deverá declinar da competência e remeter os autos à autoridade competente.
- e) Em contratos internacionais, a cláusula de eleição de foro é inoponível à autoridade judiciária brasileira, mas o foro escolhido pelo autor deverá guardar relação com o seu domicílio ou com o objeto da demanda, inclusive nas relações consumeristas.

2. Fulano instaura processo contra Beltrano. Trata-se de ação de guarda e alimentos dos filhos incapazes, sob a alegação de que, mesmo casados, estão separados de fato há quatro meses. Após receber a citação, Beltrano instaura um processo contra Fulano. Trata-se de ação

ESMESC

de divórcio cumulada com partilha de bens, mais guarda e alimentos dos filhos incapazes. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Por se tratar de litispendência, a ação proposta por Beltrano deverá ser extinta sem resolução do mérito.
- b) Em razão de a ação proposta por Fulano estar contida na causa proposta por Beltrano, esta, a ação proposta por Beltrano, deverá ser extinta sem resolução do mérito.
- c) Em razão de a ação proposta por Beltrano ser continente da ação proposta por Fulano, deverá ser julgada improcedente.
- d) o juízo deverá converter a ação proposta por Beltrano em reconvenção do processo instaurado por Fulano.
- e) Em razão de a ação proposta por Fulano estar contida na causa proposta por Beltrano, as ações serão reunidas para julgamento conjunto.

3. Sobre as intervenções de terceiro, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A nomeação à autoria, modalidade de intervenção de terceiro existente no CPC/1973, foi extinta completamente, e não possui previsão no CPC/2015, sequer semelhante à que existia anteriormente.
- b) O chamamento ao processo somente é admissível aos devedores solidários que figurarem individualmente no polo passivo da demanda.
- c) A denunciação da lide se processa na forma de ação, e não de incidente.
- d) Na assistência litisconsorcial, se o assistido for omissor ou revel, o assistente será o seu substituto processual.
- e) Nas intervenções de terceiro a sentença jamais poderá servir de título executivo contra o interveniente, devendo as partes promoverem o seu direito de regresso através de ação própria, em outro processo.

4. Fulano é citado em uma execução de título extrajudicial. Para não pagar as custas dos embargos à execução, opõe exceção de pré-executividade, alegando que a execução é nula porque a dívida foi paga em espécie. Acosta, com a petição, recibo assinado de próprio punho pelo exequente. Ao ser intimado, o exequente alega que a assinatura no recibo é falsa, e instaura incidente de falsidade documental. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O juízo deverá acatar o pedido do exequente, e instaurar o incidente de falsidade documental, sendo que o resultado deste interferirá na validade da execução proposta.
- b) O juízo deverá rejeitar a exceção de pré-executividade porque não se trata de matéria que deva decidir de ofício.
- c) O juízo deverá acatar a exceção de pré-executividade, sem a instauração do incidente de falsidade documental, e extinguir a execução sem resolução do mérito.
- d) O juízo deverá rejeitar a exceção de pré-executividade, por demandar dilação probatória.
- e) O juízo deverá acatar a exceção de pré-executividade, sem a instauração do incidente de falsidade documental, e julgar improcedente a execução.

5. Sobre o bem de família previsto na Lei n. 8.009/90, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A impenhorabilidade do bem de família não abrange o imóvel pertencente a pessoa solteira, separada ou viúva.
- b) Não se aplica o benefício da impenhorabilidade do bem de família quando a execução for de impostos relativos ao veículo do seu proprietário, que guarnece a residência.
- c) É impenhorável o único imóvel do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.
- d) A vaga autônoma de garagem, vinculada a um apartamento residencial, mas com matrícula própria, constitui bem de família.
- e) As obras de arte e os adornos suntuosos estão incluídos na impenhorabilidade do bem de família.

6. Fulano pede dinheiro emprestado no banco. Como garantia do pagamento da dívida, seu amigo Fúlvio dá o próprio imóvel residencial em garantia hipotecária. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Caso execute essa dívida, o banco terá a possibilidade de inserir no polo passivo da demanda Fulano e Fúlvio, em litisconsórcio passivo necessário.
- b) Caso execute essa dívida, o banco terá a possibilidade de inserir no polo passivo da demanda tanto Fulano como Fúlvio, pois se trata de litisconsórcio passivo facultativo.
- c) Fúlvio não terá legitimidade passiva para a execução dessa dívida, pois não é o devedor.
- d) Fulano não terá legitimidade passiva para a execução dessa dívida, pois, apesar de ser o devedor, o bem sobre o qual recairá a execução não é seu.
- e) Eventual execução dessa dívida contra Fúlvio será nula, pois a garantia real deveria ser a fiduciária, e não a hipotecária.

7. Acerca da ação monitória, prevista nos arts. 700 e seguintes, do Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

- a) A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz: I - o pagamento de quantia em dinheiro; II - a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel; III - o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer.
- b) Sendo evidente o direito do autor, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa. O réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo.
- c) Independentemente de prévia segurança do juízo, o réu poderá opor, nos próprios autos da ação monitória, no prazo de 15 dias, embargos à ação monitória.
- d) Na ação monitória não se admite a reconvenção, sendo vedado também o oferecimento de reconvenção à reconvenção.
- e) É admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.

8. Acerca dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa, é INCORRETO afirmar:

- a) Um dos objetos da ação de dissolução parcial de sociedade a resolução da sociedade empresária contratual ou simples em relação ao sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso.
- b) O processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de 30 (trinta) dias, a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar esses prazos, de ofício ou a requerimento de parte.
- c) Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constritivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro.
- d) Verificado o desaparecimento dos autos, eletrônicos ou não, pode o juiz, de ofício, qualquer das partes ou o Ministério Público, se for o caso, promover-lhes a restauração.
- e) No processo de restauração de autos, quem houver dado causa ao desaparecimento dos autos responderá pelas custas da restauração e pelos honorários de advogado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal em que incorrer.

9. Acerca da ação de divisão e demarcação de terras particulares, prevista nos arts. 569 e seguintes, do Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

- a) Cabe ao proprietário a ação de demarcação, para obrigar o seu confinante a estrear os respectivos prédios, fixando-se novos limites entre eles ou aviventando-se os já apagados.
- b) Cabe ao condômino a ação de divisão, para obrigar os demais consortes a estrear os quinhões.

c) É lícita a cumulação dessas ações, caso em que deverá processar-se primeiramente a demarcação total ou parcial da coisa comum, citando-se os confinantes e os condôminos.

d) A demarcação e a divisão não poderão ser realizadas por escritura pública vez que exigem prova pericial judicial.

e) Tratando-se de imóvel georreferenciado, com averbação no registro de imóveis, pode o juiz dispensar a realização de prova pericial.

10. É do conhecimento jurídico que os recursos não impedem a eficácia das decisões judiciais; todavia as decisões judiciais podem ter sua eficácia suspensa por decisão do relator e para que assim proceda o julgador de segundo grau, quais os requisitos que a parte deve comprovar? Das alternativas indicadas, assinale a CORRETA.

a) A decisão proferida em primeira instância poderá ser suspensa pelo relator se a parte recorrente demonstrar que a decisão sobre a relação jurídica submetida à apreciação judicial seja capaz de atingir direitos de que se afirme titular.

b) Para que a decisão proferida seja suspensa, a parte interessada deve comprovar a possibilidade de provimento de seu recurso.

c) Para a concessão do efeito suspensivo, a parte recorrente deverá demonstrar que a decisão recorria seja capaz de provocar um dano grave.

d) Para que o Relator possa suspender a eficácia da decisão recorrida, o interessado deverá demonstrar que dá imediata produção de seus efeitos possa ocorrer risco de dano grave, ou de difícil ou impossível reparação e ficar demonstrada a probabilidade do provimento do recurso.

e) Para que o relator possa conferir efeito suspensivo ao recurso a parte interessada deverá comprovar o *fumus boni juris*.

DIREITO PENAL

1. Sobre o entendimento do STJ acerca da Lei n. 11.343/06, assinale a INCORRETA:

a) Para a incidência da majorante prevista no art. 40, V, da Lei n. 11.343/06 é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados, sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.

b) O agente que transporta entorpecente no exercício da função de "mula" integra organização criminosa, mas afasta a aplicação da minorante estabelecida no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06.

c) O delito de associação para o tráfico de drogas não possui natureza hedionda.

d) Para a caracterização do crime de associação para o tráfico é imprescindível o dolo de se associar com estabilidade e permanência.

e) A condenação simultânea nos crimes de tráfico e associação para o tráfico afasta a incidência da causa especial de diminuição prevista no art. 33, §4º, da Lei n. 11.343/06 por estar evidenciada dedicação a atividades criminosas ou participação em organização criminosa.

2. Sobre os crimes de trânsito, assinale a INCORRETA de acordo com o entendimento do STJ e do CTB:

a) Na hipótese de homicídio praticado na direção de veículo automotor, havendo elementos nos autos indicativos de que o condutor agiu, possivelmente, com dolo eventual, o julgamento acerca da ocorrência deste ou da culpa consciente compete ao Tribunal do Júri, na qualidade de juiz natural da causa.

b) Os crimes de embriaguez ao volante (art. 306 do CTB) e o de lesão corporal culposa em direção de veículo automotor (art. 303 do CTB) são autônomos e o primeiro não é meio normal, nem fase de preparação ou de execução para o cometimento do segundo, não havendo falar em aplicação do princípio da consunção.

c) Afastar-se o condutor do veículo do local do sinistro, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída é infração administrativa, mas não crime.

- d) Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, constitui o crime de embriaguez ao volante.
- e) A multa reparatória não poderá ser superior ao valor do prejuízo demonstrado no processo.

3. Sobre o crime de lesão corporal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O consentimento do ofendido pode excluir a tipicidade da lesão corporal leve, desde que não haja relevante interesse público.
- b) A lesão corporal culposa admite transação penal, desde que preenchidos os requisitos legais.
- c) A lesão corporal praticada contra mulher em contexto de violência doméstica é de ação penal pública incondicionada.
- d) A lesão corporal seguida de morte exige dolo na lesão e culpa no resultado morte.
- e) A lesão corporal grave exige, necessariamente, a produção de incapacidade permanente para o trabalho.

4. Assinale a alternativa CORRETA em relação à Lei n. 10.826/03:

- a) O crime de posse irregular de arma de fogo é de perigo concreto.
- b) No crime de posse irregular de arma de fogo, o objeto jurídico tutelado é a incolumidade física.
- c) O crime de porte ilegal de arma de fogo é norma penal em branco.
- d) O crime de disparo de arma de fogo é de perigo concreto.
- e) Aplica-se o princípio da consunção quando os delitos de posse ilegal de arma de fogo e disparo de arma em via pública são praticados, ainda que em momentos diversos e em contextos distintos.

5. Não é crime hediondo:

- a) Homicídio qualificado.
- b) Epidemia.
- c) Furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
- d) Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação realizados por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitidos em tempo real.
- e) O crime de organização criminosa, quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado.

6. Sobre a Lei 11.343/06, assinale a alternativa em DESACORDO com o entendimento do STJ:

- a) O tráfico de drogas é crime de ação múltipla e a prática de um dos verbos contidos no art. 33, caput, é suficiente para a consumação da infração, sendo prescindível a realização de atos de venda do entorpecente.
- b) O laudo de constatação preliminar da substância entorpecente constitui condição de procedibilidade para apuração do crime de tráfico de drogas.
- c) O laudo pericial definitivo atestando a ilicitude da droga não afasta eventuais irregularidades do laudo preliminar realizado na fase de investigação.
- d) Para a configuração do delito de tráfico de drogas previsto no caput do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, é desnecessária a aferição do grau de pureza da substância apreendida.

7. Em relação aos elementos subjetivos do tipo penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A distinção entre dolo eventual e culpa consciente é feita com base na aceitação ou rejeição do risco pelo agente, conforme entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) O dolo direto de primeiro grau exige apenas a previsão do resultado, sendo irrelevante a vontade de produzi-lo.
- c) O dolo eventual se caracteriza pela aceitação do risco de produzir o resultado, sendo equiparado à culpa consciente.

- d) A culpa inconsciente ocorre quando o agente prevê o resultado, mas acredita sinceramente que poderá evitá-lo.
e) O Código Penal brasileiro não admite a responsabilização penal por culpa, salvo nos crimes omissivos próprios.

8. Sobre o crime de infanticídio, previsto no art. 123 do Código Penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O infanticídio é crime hediondo, por envolver a morte de recém-nascido.
b) O infanticídio exige que a mãe esteja sob influência de estado puerperal, sendo irrelevante o momento da prática do crime.
c) O infanticídio pode ser praticado por qualquer pessoa que esteja sob influência do estado puerperal.
d) O infanticídio admite qualificadoras do homicídio, como motivo torpe ou meio cruel.
e) O infanticídio é punido com pena mais branda que o homicídio simples, por reconhecer circunstância subjetiva especial.

9. No que diz respeito aos crimes contra a honra, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A difamação exige que a imputação seja falsa e ofensiva à dignidade da vítima.
b) A calúnia exige que o fato imputado seja verdadeiro e ofensivo à honra objetiva da vítima.
c) A exceção da verdade é sempre admissível como defesa no crime de calúnia.
d) A difamação se consuma com a divulgação da imputação ofensiva a terceiros, independentemente da veracidade.
e) A retratação do agente, antes da sentença, extingue a punibilidade da injúria racial.

10. A respeito dos crimes patrimoniais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O rompimento de obstáculo é uma infração que deixa vestígios materiais, exigindo, em regra, a realização de exame de corpo de delito direto (perícia técnica) para a configuração da qualificadora do furto.
b) A ação penal no estelionato passou a ser condicionada à representação da vítima, inclusive quando esta for pessoa jurídica.
c) O furto qualificado por abuso de confiança exige relação de subordinação entre autor e vítima.
d) O emprego de arma de fogo no roubo é causa de aumento de pena, mesmo que a arma não seja apreendida, desde que comprovada por outros meios.
e) O estelionato se consuma com a obtenção da vantagem ilícita, ainda que esta seja de valor irrisório.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Durante investigação de um crime de furto, a autoridade policial recebe uma denúncia anônima informando o possível envolvimento de determinada pessoa. Com base apenas nessa denúncia, instaura imediatamente o inquérito policial, sem realizar diligências preliminares para verificar a veracidade das informações. O investigado, posteriormente, impetra habeas corpus alegando ilegalidade na instauração do inquérito. Considerando a legislação e o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A autoridade policial agiu corretamente, pois a denúncia anônima é suficiente para fundamentar a instauração do inquérito policial.
b) A instauração do inquérito policial, baseada exclusivamente em denúncia anônima, é ilegal, devendo a autoridade realizar diligências preliminares para apurar a veracidade das informações antes de instaurar o procedimento.
c) O inquérito policial pode ser instaurado de ofício pela autoridade policial, independentemente da origem das informações, inclusive se anônimas.

- d) A denúncia anônima não pode ser utilizada em nenhuma hipótese para fins de investigação criminal.
- e) O inquérito policial só pode ser instaurado mediante requisição do Ministério Público ou do juiz, não sendo admitida a iniciativa da autoridade policial.

2. A decisão de pronúncia pode fundamentar-se exclusivamente em elementos informativos colhidos na fase policial?

- a) Sim, desde que a confissão tenha sido espontânea e sem coação.
- b) Sim, quando houver confissão e reconhecimento fotográfico.
- c) Não, é imprescindível a produção de provas sob o crivo do contraditório judicial.
- d) Sim, se o Ministério Público ratificar as declarações colhidas na investigação.
- e) Sim, se houver indícios mínimos de autoria e materialidade no inquérito.

3. Segundo o STJ, o simples nervosismo do indivíduo ao ver a polícia:

- a) Nunca é suficiente para justificar busca pessoal.
- b) Sempre autoriza busca e apreensão imediata.
- c) Só autoriza a abordagem se houver denúncia anônima.
- d) É irrelevante para fins de abordagem.
- e) Pode, em determinadas circunstâncias, caracterizar fundada suspeita para busca pessoal.

4. Sobre a ordem sequencial de realização de atos processuais no rito sumaríssimo do processo penal, a que alude a Lei n. 9099/95, é CORRETO afirmar:

- a) Oferecimento de denúncia - recebimento de denúncia – citação do acusado – oferecimento de resposta à acusação – realização de audiência de instrução e julgamento.
- b) Oferecimento de denúncia – notificação do acusado - oferecimento de defesa preliminar - recebimento de denúncia – citação do acusado - realização de audiência de instrução e julgamento.
- c) Oferecimento de denúncia – citação do acusado - recebimento de denúncia – oferecimento de resposta à acusação – realização de audiência de instrução e julgamento.
- d) Oferecimento de denúncia – citação do acusado - realização de audiência de instrução e julgamento, com oferecimento de resposta à acusação e recebimento de denúncia como atos iniciais da solenidade.
- e) Oferecimento de denúncia na própria audiência de instrução e julgamento, com oferta de resposta à acusação e citação no mesmo ato.

5. Sobre o princípio da correlação entre a denúncia e a sentença no processo penal, é CORRETO afirmar:

- a) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- b) Tanto a hipótese de *emendatio libelli* quanto a de *mutatio libelli* exigem o aditamento da denúncia ou da queixa.
- c) Aditada a denúncia ou a queixa para a inclusão de elementar ou circunstância do tipo penal, não precisa o juiz oportunizar manifestação defensiva antes de decidir pela admissão do aditamento.
- d) É desnecessário renovar o interrogatório do acusado após admitido o aditamento da denúncia ou da queixa.
- e) Aditada a denúncia ou a queixa para a inclusão de elementar ou circunstância do tipo penal, é direito subjetivo das partes a reinquirição de testemunhas já ouvidas no curso da ação penal.

6. No que tange ao processo e ao procedimento, previstos no Código de Processo Penal e na legislação especial, aponte a alternativa CORRETA:

- a) No âmbito do Juizado Especial Criminal, a decisão que determina a rejeição da denúncia ou da queixa-crime deve ser combatida por meio de recurso em sentido estrito.

b) O Juízo Criminal com competência para julgar os delitos estabelecidos na Lei de Falências será o da localidade onde se deu a decretação da falência, a concessão da recuperação judicial ou a homologação da recuperação extrajudicial.

c) A Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei n. 9.099/95) é inaplicável nos casos de crimes de violência física doméstica ou familiar contra a mulher, independentemente da sanção cominada, mas permanece válida a possibilidade de celebração do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP).

d) De acordo com a Lei de Drogas, o interrogatório do réu está posicionado como a etapa inicial do processo de instrução probatória, sendo permitido à defesa apresentar um rol de até três testemunhas.

e) A suspensão do processo e da prescrição, conforme o art. 366 do CPP, deve ocorrer quando o réu citado por edital não comparece e nem constitui advogado, sendo que essa regra não se aplica aos processos que investigam os delitos de organização criminosa e lavagem de dinheiro.

7. No que diz respeito às normas e à condução do rito do Tribunal do Júri, destinado a julgar crimes dolosos contra a vida, assinale a alternativa VERDADEIRA:

a) Quando se tratar de testemunhas convocadas pela defesa, o advogado do réu fará seus questionamentos somente depois que o Ministério Público e o assistente de acusação o fizerem.

b) É proibida a leitura de qualquer documento no decorrer da sessão de julgamento, a menos que ele tenha sido anexado ao processo e comunicado à parte contrária com, no mínimo, três dias úteis de antecedência;

c) É lícito à acusação mencionar o fato de o réu ter permanecido em silêncio, utilizando isso como um argumento desfavorável a ele, e tal atitude não acarretará a anulação do julgamento.

d) Durante os debates, a defesa tem o direito de fazer a réplica e a acusação, a tréplica, permitindo-se, ainda, que as testemunhas que já prestaram depoimento sejam ouvidas novamente.

e) Os jurados não estão autorizados a questionar o acusado, o ofendido ou as testemunhas devido à regra de incomunicabilidade.

8. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) Qualquer das partes poderá, no prazo de 2 (dois) dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.

b) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

c) Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 10 (dez) dias.

d) A desclassificação de um delito para sua forma tentada não constitui alteração substancial dos fatos, não atraindo a disciplina da *mutatio libelli*.

e) Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição.

9. O juiz absolverá o réu, exceto se:

a) Estiver provada a existência do fato.

b) Não haver prova da existência do fato.

c) Estiver provado que o réu não concorreu para a infração penal.

d) Não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal.

e) Existirem circunstâncias que excluam o crime ou isentem o réu de pena.

10. De acordo com o entendimento do STJ sobre o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), é CORRETO afirmar que:

a) A continuidade delitiva impede a celebração do ANPP.

b) O cálculo da pena mínima deve desconsiderar as majorantes e atenuantes.

ESMESC

- c) Pode haver ANPP mesmo havendo continuidade delitiva, desde que a pena mínima resultante não ultrapasse quatro anos.
- d) Deve-se utilizar a pena máxima para verificar o cabimento do acordo.
- e) É possível afastar o ANPP com base em projeções de pena hipotética.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. O princípio que instrumentaliza a Administração para a revisão de seus próprios atos, consubstanciando um meio adicional de controle da sua atuação e, no que toca ao controle de legalidade, representando potencial redução do congestionamento do Poder Judiciário, denomina-se:

- a) Razoabilidade.
- b) Proporcionalidade.
- c) Cautotutela.
- d) Eficiência.
- e) Autoexecutoriedade.

2. A licitação consiste em procedimento complexo que, além de outros requisitos, deve ser composta por diversos agentes com competências diferentes. Essa definição traduz o princípio da:

- a) Transparência.
- b) Eficácia.
- c) Eficiência.
- d) Segregação de funções.
- e) Segurança jurídica.

3. Sobre o tema Administração Pública, a entidade da administração pública indireta criada por meio de lei para o desempenho de atividades específicas, com personalidade jurídica pública e capacidade de autoadministração é a:

- a) Empresa subsidiária.
- b) Autarquia.
- c) Fundação privada.
- d) Sociedade de economia mista.
- e) Empresa privada.

4. Quanto à discricionariedade e à vinculação da atuação administrativa, pode-se afirmar CORRETAMENTE:

- a) O ato administrativo será discricionário quando a lei não deixar margem de liberdade para a atuação do administrador e fixar a sua única maneira de agir diante do preenchimento de determinados requisitos.
- b) A conveniência e a oportunidade de realização dos atos constituem o mérito administrativo presente nos atos vinculados e passível de controle pelo Poder Judiciário.
- c) A admissão de servidor público é ato administrativo discricionário típico, assim como a permissão de uso de bem público é exemplo clássico de ato administrativo vinculado.
- d) A licença para construir é exemplo de ato administrativo discricionário e a autorização de porte de arma é exemplo de ato administrativo vinculado.
- e) A discricionariedade presente num ato administrativo nunca é total, pois, em geral, ao menos a competência, a forma são elementos definidos em lei e, portanto, vinculados.

5. Assinale a alternativa CORRETA em matéria de bens públicos:

ESMESC

- a) As terras devolutas podem tanto ser do domínio da União como dos Estados-membros e Municípios.
- b) A imprescritibilidade incide tanto sobre os bens públicos de uso comum do povo como sobre os de uso especial e os bens dominiais.
- c) A permissão de uso assegura ao permissionário o uso especial e individual de bem público, mas não gera direitos subjetivos para proteger sua utilização na forma permitida.
- d) Conquanto as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinem-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, elas pertencem todas à União Federal, ostentando a natureza de bens dominiais.
- e) Os terrenos de marinha são bens da União, não possuindo qualquer destinação pública, mas não fazendo parte do patrimônio disponível das pessoas jurídicas de direito público.

6. A investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, é:

- a) A reversão.
- b) A readaptação.
- c) A reintegração.
- d) A recondução.
- e) A transferência.

7. Sobre o tema improbidade administrativa assinale a alternativa CORRETA:

- a) Estagiário de banco público que faz operações fraudulentas, debitando contas de clientes e creditando os valores em sua própria conta é exemplo de dano ao erário.
- b) O agente público que adquire ambulância com superfaturamento incorre no tipo descrito no art. 10 da Lei de Improbidade, qual seja, o de atos que importem em dano ao erário.
- c) Fiscal que cobra propina para não autuar pratica improbidade na modalidade ferir princípios da Administração Pública.
- d) O transporte de terceiros a outro município em veículo oficial pode gerar improbidade na modalidade enriquecimento ilícito.
- e) A bolsa de estudo recebida mediante declaração falsa não se caracteriza como improbidade administrativa.

8. Sobre responsabilidade civil do estado, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) Como regra o ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria do risco administrativo, exigindo a presença de nexo de causalidade e admitindo causas excludentes da responsabilidade civil do Estado.
- b) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviço público é objetiva relativamente aos usuários do serviço, não se estendendo a pessoas outras que não ostentem a condição de usuário.
- c) Em nenhuma hipótese o Estado responderá por atos judiciais ou legislativos que causem danos.
- d) A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou contra a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte passiva legitimada para a ação o autor do ato, com a finalidade de assegurar o direito de regresso nos casos de dolo ou culpa.
- e) Na hipótese de danos causados a terceiros, em decorrência de atentado terrorista que venha a ser praticado contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, não há consequência patrimonial para a União.

9. Em relação ao poder de polícia é INCORRETO afirmar que a:

- a) Sua finalidade só deve atender ao interesse público, sendo injustificável o seu exercício para beneficiar ou prejudicar pessoa determinada.

ESMESC

- b) A Administração Pública exerce tal poder, dentre outras formas, por meio de atos administrativos com características preventivas, com o fim de adequar o comportamento individual à lei, como ocorre na autorização.
- c) A Administração Pública exerce tal poder, dentre outras formas, por meio de atos administrativos com características repressivas, com o fim de coagir o infrator a cumprir a lei, como ocorre na interdição de um estabelecimento.
- d) A Administração Pública pode exercer tal poder revestida de atributos, tais como, autoexecutoriedade e coercibilidade, mas nem sempre presentes.
- e) A Administração Pública sempre atuará com discricionariedade, pois, ao limitar o exercício dos direitos individuais, poderá decidir qual o melhor momento para agir.

10. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa CORRETA quanto a intervenção na propriedade.

- a) Servidão administrativa é o ônus real (*pati* – suportar) que recai sobre um bem, em favor do interesse público, mediante indenização dos prejuízos verificados. Em regra, é gratuita. Pressupõe necessidade não transitória, por isso é definitiva.
- b) Requisição administrativa é a utilização coativa de bem particular para atendimento de necessidades urgentes e transitórias (iminência de perigo). Não cabe indenização em qualquer hipótese, já que é dever de todos agir com solidariedade em situações de emergência.
- c) Limitação administrativa é a imposição geral e onerosa de condicionamentos ao exercício de direitos ou atividades em razão do bem comum (*non facere* – não fazer).
- d) Tombamento implica em limitação perpétua, parcial ou total, sobre determinado bem de interesse histórico, paisagístico. O bem pode ser reformado sem aviso prévio ao IPHAN ou mesmo retirado do país para exposição, caso seja bem móvel.
- e) Caso o proprietário do imóvel tombado não tenha dinheiro para reformar o bem, o IPHAN não custeará a reforma, sob pena de enriquecimento sem causa para o proprietário.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. "O Estado deve se empenhar para a tributação influenciar o mínimo possível as decisões econômicas dos sujeitos passivos".

Trata-se do:

- a) Princípio da irretroatividade.
- b) Princípio da anterioridade.
- c) Princípio da capacidade contributiva.
- d) Princípio da progressividade.
- e) Princípio da neutralidade.

2. Assinale a alternativa que apresenta uma "norma complementar" para a finalidade conceitual de "legislação tributária", nos termos do Código Tributário Nacional:

- a) Tratados internacionais.
- b) Práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
- c) Resolução do Senado.
- d) Qualquer decisão de órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa.
- e) Decretos.

3. João declarou regularmente seu imposto de renda de 2022. Apontado saldo devedor, deixou de efetuar o pagamento do boleto. Sobre esta situação e para receber a dívida:

- a) O Fisco possui apenas prazo prescricional de 5 (cinco) anos, contados da entrega da declaração, para cobrar o saldo.
- b) O Fisco possui prazo decadencial de 5 (cinco) anos, contados do exercício seguinte à ocorrência do fato gerador, e posterior prazo prescricional de 5 (cinco) anos.
- c) O Fisco possui prazo decadencial de 5 (cinco) anos, contados do fato gerador, e posterior prazo prescricional de 5 anos.
- d) O Fisco possui apenas prazo prescricional de 5 (cinco) anos, contados da homologação da antecipação do pagamento pelo Fisco.
- e) O Fisco possui apenas prazo decadencial de 5 (cinco) anos, contados do fato gerador.

4. Assinale a hipótese de exclusão do crédito tributário:

- a) Moratória.
- b) Remissão.
- c) Transação.
- d) Isenção.
- e) Decisão judicial passada em julgado.

5. Marque a CORRETA sobre imunidade recíproca:

- a) Aplica-se a impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- b) O ônus de demonstrar se a tributação afeta a finalidade essencial das autarquias e fundações públicas é destas entidades.
- c) A imunidade recíproca não se aplica para estatais.
- d) A imunidade recíproca veda a cobrança de obrigações acessórias.
- e) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.

6. Sobre a competência tributária, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A União pode delegar competência tributária aos Estados mediante lei complementar.
- b) A competência tributária é indelegável, mas a capacidade tributária ativa pode ser delegada.
- c) Estados e Municípios podem delegar competência tributária à União em situações de guerra.
- d) A competência tributária é compartilhada entre União e Estados por ato do Senado Federal.
- e) A competência tributária e a capacidade ativa são sempre coincidentes.

7. Em caso de sucessão empresarial, qual é o alcance da responsabilidade tributária do sucessor, segundo o CTN?

- a) O sucessor responde apenas pelos tributos constituídos até a data da sucessão.
- b) O sucessor só responde por tributos que ele próprio confessar após a sucessão.
- c) A responsabilidade é integral e ilimitada, inclusive sobre fatos geradores futuros.
- d) A sucessão não acarreta responsabilidade tributária, pois há nova personalidade jurídica.
- e) O sucessor responde pelos tributos devidos até a data da sucessão, inclusive não constituídos.

8. Considerando a natureza do lançamento tributário, analise as alternativas a seguir e assinale a CORRETA:

- a) O lançamento é ato administrativo vinculado e declaratório, que apenas formaliza obrigação já existente em razão da ocorrência do fato gerador.
- b) O lançamento é ato discricionário que cria a obrigação tributária.
- c) O lançamento tem natureza constitutiva, pois dá nascimento à obrigação tributária.

- d) O lançamento é um ato jurisdicional que constitui o crédito.
- e) O lançamento é uma condição de exigibilidade do crédito, sem efeitos retroativos.

9. O pagamento indevido de tributo pode ensejar restituição ou compensação, conforme o CTN. Nesse contexto, o direito à restituição prescreve em:

- a) Cinco anos a partir da ocorrência do fato gerador.
- b) Cinco anos a partir do lançamento do crédito tributário.
- c) **Cinco anos a contar do pagamento indevido.**
- d) Cinco anos a partir da decisão administrativa definitiva.
- e) Dez anos, por aplicação subsidiária do Código Civil.

10. Assinale a alternativa que melhor define o fato gerador da obrigação tributária principal.

- a) É o momento em que o tributo é pago.
- b) **É a situação definida em lei como necessária e suficiente à ocorrência da obrigação tributária.**
- c) É o lançamento do tributo pela autoridade fiscal.
- d) É o conjunto de atos administrativos que determinam o crédito tributário.
- e) É a inscrição do débito em dívida ativa.

DIREITO EMPRESARIAL

1. A Lei n. 10.406/2002 (Código Civil) apresenta um conceito de empresário como aquela pessoa que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços. Com base nesse conceito, qual das alternativas abaixo expressa CORRETAMENTE uma característica essencial do empresário nos termos do Código Civil brasileiro?

- a) O empresário é aquele que atua apenas como intermediário entre produtores e consumidores, sem assumir riscos da atividade.
- b) O empresário é aquele que exerce qualquer atividade econômica, inclusive as intelectuais de natureza científica, literária e artística, independentemente de organização.
- c) **O empresário deve exercer sua atividade de forma habitual, organizada e com intuito de lucro.**
- d) O empresário exerce atividade econômica de forma eventual e sem finalidade lucrativa.
- e) O empresário não pode ter auxiliares e colaboradores para o exercício da atividade empresarial.

2. A Lei n. 10.406/2002 (Código Civil) prevê, dentre outras sociedades, a existência da Sociedade Limitada. Sobre esse tipo societário, leia as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- a) A sociedade limitada não pode ser unipessoal, ou seja, não pode ser constituída com apenas um sócio.
- b) Na sociedade limitada é permitida a contribuição para o capital social que consista em prestação de serviços.
- c) Na sociedade limitada os sócios respondem de forma ilimitada pelas obrigações sociais, ou seja, todos respondem solidariamente, independentemente da integralização ou não do capital social.
- d) Na sociedade em nome coletivo pessoas físicas e pessoas jurídicas podem tomar parte na sociedade, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente pelas obrigações
- e) **A sociedade limitada é constituída por um contrato social, e o capital social divide-se em quotas, sendo a responsabilidade de cada sócio restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.**

ESMESC

3. Nos termos da Lei n. 6.404/1976 (Lei da S.A.) e da Lei n. 10.406/2002 (Código Civil), que tratam sobre as Sociedades por Ações (Sociedade Anônima) assinale, dentre as afirmativas abaixo, a CORRETA:

- a) O capital social da sociedade anônima é dividido em quotas, e os sócios são denominados quotistas.
- b) A sociedade anônima é constituída por contrato social, assim como a sociedade limitada e pode emitir ações ordinárias, preferenciais, endossáveis e ao portador.
- c) A sociedade anônima tem o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos acionistas é limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.
- d) A sociedade anônima é sempre de capital fechado e não pode negociar suas ações o mercado de valores mobiliários.
- e) Na sociedade anônima, o acionista é pessoa física e a sua responsabilidade é ilimitada pelas obrigações sociais.

4. A Lei n. 6.404/1976 (Lei das S.A.) e Lei n. 10.406/2002 (Código Civil), preveem a existência dos títulos mobiliários para a obtenção de recursos no mercado. Sobre esse assunto, leia as afirmativas abaixo e assinale a CORRETA:

- a) As sociedades anônimas não podem emitir bônus de subscrição e partes beneficiárias, pois tais títulos são exclusivos das sociedades limitadas.
- b) As ações são títulos mobiliários que representam frações do capital social da companhia, podendo conferir a seus titulares direitos de natureza patrimonial.
- c) As debêntures são títulos representativos de participação societária, concedendo direito de voto nas assembleias gerais de acionistas
- d) As sociedades anônimas podem emitir apenas ações ordinárias, sendo vedada a emissão de outros títulos mobiliários.
- e) As ações preferenciais garantem ao acionista o direito de voto obrigatório em todas as deliberações da companhia.

5. A Lei n. 11.101/2005, alterada pela Lei n. 14.112/2020, prevê o instituto da recuperação judicial como forma de superar a situação da crise econômico-financeira da empresa devedora. Considerando o que dispõe a referida Lei, acerca do processo de recuperação judicial, dentre as afirmativas abaixo, assinale a CORRETA:

- a) O plano de recuperação judicial deve ser apresentado pelo devedor no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação, sob pena de convalidação em falência.
- b) A recuperação judicial é aplicável também às instituições financeiras, sociedade de crédito, cooperativas de crédito e entidades de previdência complementar, que seguem o mesmo regime geral da Lei n. 11.101/2005.
- c) A recuperação judicial tem por objetivo a liquidação ordenada da empresa, com a consequente extinção da pessoa jurídica e pagamento dos credores conforme a ordem legal.
- d) Uma vez deferido o processamento da recuperação judicial, ficam suspensas todas as ações e execuções contra o devedor pelo prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, contados da distribuição do pedido.
- e) O pedido de recuperação judicial poder ser feito por qualquer empresário ou sociedade empresária, inclusive por aqueles que não exercem regularmente suas atividades há menos de 2 (dois) anos.

6. De acordo com a Lei n. 11.101/2005, que trata sobre os processos de falências e de recuperação do empresário e da sociedade empresária, assinale, dentre as afirmativas abaixo, a alternativa CORRETA:

- a) Uma vez decretada a falência o falido continua com a livre administração e disposição de seus bens, sob supervisão do administrador judicial.

- b) A falência somente pode ser requerida por credor com título executivo judicial, sendo vedado o pedido fundado em título extrajudicial.
- c) O pedido de falência pode ser feito apenas pelo Ministério Público, em qualquer hipótese de inadimplência empresarial.
- d) A decretação da falência tem como principal finalidade a extinção da pessoa jurídica, sem qualquer preocupação com a preservação da atividade econômica.
- e) A sentença que decreta a falência produz, entre outros efeitos, a inabilitação do falido para o exercício da atividade empresarial até sua reabilitação judicial.

7. A Lei n. 7.357/1985 (Lei do Cheque), estabelece as regras sobre o uso, emissão, apresentação e cobrança do cheque no Brasil. Dentre as afirmativas abaixo que tratam sobre o cheque, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O banco sacado é obrigado a pagar o cheque mesmo que o emitente não possua fundos suficientes, sob pena de responsabilidade civil.
- b) O cheque pode ser emitido por pessoa que não possua conta bancária, desde que o beneficiário aceite o título.
- c) O cheque é um título de crédito à vista, e sua emissão pressupõe a existência de fundos disponíveis na instituição financeira.
- d) O cheque é uma ordem de pagamento a prazo, que só pode ser apresentado após a data de emissão nele indicada.
- e) O cheque é um título causal, vinculado necessariamente a um contrato de compra e venda ou prestação de serviços.

8. A legislação brasileira apresenta, dentre outros, os seguintes títulos de crédito: cheque, duplicata, letra de câmbio e nota promissória. Examine as afirmativas abaixo, que tratam sobre essas modalidades de títulos de crédito, e assinale alternativa CORRETA:

- a) A letra de câmbio é um título não causal, emitido pelo sacado em favor do sacador, e não admite aceite.
- b) A nota promissória é um título de crédito causal, no qual o emitente ordena ao sacado que pague determinada quantia ao beneficiário.
- c) Tanto o cheque quanto a nota promissória são títulos causais, pois dependem do contrato que lhes deu origem para produzir efeitos de serviços que, poderão, também, na forma da Lei, emitir fatura e duplicata de prestação de serviços.
- d) A duplicata é um título causal, vinculado a uma operação de compra e venda mercantil ou prestação de serviços, e exige aceite do sacado para sua validade plena.
- e) O cheque é um título de crédito a prazo, emitido pelo credor contra o devedor, e exige aceite para ser válido.

9. A Lei n. 11.101/2005, alterada pela Lei n. 14.112/2020, disciplina a ordem de pagamento aos credores do processo falimentar. Dentre as afirmativas abaixo, assinale alternativa CORRETA:

- a) Os créditos trabalhistas, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os créditos decorrentes de acidente de trabalho têm preferência sobre os demais créditos, exceto os extraconcursais.
- b) Os créditos quirografários são os primeiros a serem pagos, pois representam obrigações sem garantia específica.
- c) Os créditos tributários são pagos antes dos créditos com garantia real e dos créditos trabalhistas.
- d) Os créditos trabalhistas e os decorrentes de acidente de trabalho são pagos após os créditos tributários.
- e) Os créditos com garantia real têm prioridade sobre os trabalhistas, independentemente do valor.

10. A Lei n. 10.406/2002 (Código Civil) prevê a possibilidade de constituição de vários tipos de sociedades, bem como, as formas de reorganização societária. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

ESMESC

- a) A incorporação e a fusão produzem efeitos imediatos, independentemente de deliberação dos sócios ou registro no órgão competente.
- b) A transformação é a operação pela qual uma sociedade limitada se divide em duas ou mais sociedades da mesma espécie, sem alterar o tipo societário.
- c) A fusão é a operação pela qual uma sociedade absorve outra, que é extinta, transferindo-lhe a totalidade de seu patrimônio.
- d) A cisão ocorre quando uma sociedade transfere parcelas do seu patrimônio para outra ou outras sociedades, podendo resultar em extinção total ou parcial da sociedade cindida.
- e) A incorporação é o ato pelo qual duas ou mais sociedades se unem para formar nova pessoa jurídica, extinguindo-se todas as anteriores.